



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

01ª questão: Direito Penal (Valor - 5 pontos)

No dia 06 de agosto de 2009, cerca das 16 horas, durante revista realizada para o ingresso de visitantes na POLINTER, a inspetora FLÁVIA encontrou e apreendeu um aparelho de telefone celular que MARIA, companheira de JOÃO, preso preventivamente naquela unidade por prática de latrocínio e tráfico de drogas, havia ocultado na cavidade vaginal. O aparelho foi descoberto porque MARIA foi obrigada pela inspetora a desnudar-se e agachar-se para revista íntima. Ao ser detida, MARIA alegou que fora coagida a introduzir o celular na carceragem pelo próprio JOÃO, chefe do tráfico de drogas no "Morro da Zoeira", que ameaçou estuprar e matar sua filha ANTONIA, com 12 anos de idade, fruto de outra relação amorosa, caso não cumprisse a determinação. Em sede policial, sabendo que MARIA havia sido detida, compareceu sua amiga MÁRCIA, que confirmou as ameaças feitas por JOÃO, aduzindo que se tratava de um sujeito "muito violento" que "costumava bater em MARIA e ANTONIA" e que esta última havia "apanhado" recentemente e ainda apresentava marcas de escoriações no corpo. Temerosa, MARIA disse que não desejava tomar qualquer providência, preferindo "esquecer o acontecido". A autoridade policial liberou MARIA, entendendo que ela havia atuado sob coação moral irresistível e lavrou termo circunstanciado, indiciando a inspetora FLAVIA pela prática de constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal), sob o argumento de que "a Constituição proíbe a realização de revista íntima porque ela fere o princípio da dignidade da pessoa humana". Analise as condutas de MARIA, JOÃO e FLAVIA e indique a(s) providência(s) que deve(m) ser tomadas pelo Promotor de Justiça ao receber os autos com vista.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

02ª questão: Direito Penal (Valor - 5 pontos)

Desejando diminuir sua despesa mensal com a conta de energia elétrica, CARLOS, policial militar, contratou o eletricista PEDRO para efetuar alteração no medidor de consumo de sua residência, pagando a ele R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Executado o serviço, o consumo medido ficou reduzido em 1/3 em relação ao consumo real. Cerca de um ano e meio após, inspeção da Light S/A constatou o problema, tendo os funcionários da companhia providenciado o corte do fornecimento e retirado o medidor para encaminhamento à perícia. Ao ser alertado por vizinhos, CARLOS que estava de folga bebendo cerveja em um bar na esquina da rua onde morava, voltou para casa e, visivelmente embriagado, passou a ofender os inspetores da Light S/A com palavras de baixo calão dizendo aos mesmos que se registrassem ocorrência na D.P. o "bicho ia pegar". Diante da insistência dos funcionários da empresa fornecedora em levar o fato ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

conhecimento da autoridade policial, CARLOS, furioso, descarregou a munição da pistola cal. .40 que portava, no automóvel de propriedade da empresa, estacionado na frente de sua casa. O automóvel ficou com vários furos na carroceria, pneus inutilizados e vidros quebrados. Analise as condutas acima descritas e indique o(s) crime(s) cometido(s). Justifique a resposta.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

03ª questão: Direito Penal (Valor - 5 pontos)

Em relação ao crime capitulado no art. 90, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações):

- a) qual é a objetividade jurídica?
- b) É possível a tentativa?
- c) A vantagem pretendida pelo agente deve ser de natureza econômica?
- d) É de concurso necessário de pessoas?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

04ª questão: Direito Processual Penal (Valor - 5 pontos)

José foi preso em flagrante delito, e lavrado o flagrante pelo Delegado da 9ª DP, por crime de roubo, sendo recolhido o agente ao cárcere provisório e a comunicação do flagrante foi distribuída ao juiz da Vara Criminal competente dentro das necessárias 24 (vinte e quatro) horas. Pergunta-se:

- a) O Magistrado, não estando presentes motivos para a soltura do detido, pode manter, justificadamente, aquela prisão em flagrante já efetivada pelo delegado, com base no *fumus comissi delicti* e, em caso positivo, o que deve apreciar o juiz? (2,5 pontos)
- b) Ou seria necessário que, neste caso concreto, não estando presentes os motivos para relaxamento ou liberdade provisória, o Magistrado decretasse uma cautelar de prisão preventiva do agente preso? (2,5 pontos)

EM CADA LETRA DA QUESTÃO JUSTIFIQUE A OPÇÃO ESCOLHIDA e REBATA, SE FOR O CASO, A NÃO ESCOLHIDA DE FORMA SEPARADA E SUCINTA .



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

05ª questão: Direito Processual Penal (Valor - 5 pontos)

Pedro foi condenado a 22 anos de prisão no dia 24.04.2009, por prática de homicídio qualificado, pelo Tribunal do Júri de Niterói. De imediato, o advogado apresentou o recurso de protesto por novo júri, afirmando que o crime foi praticado e o réu pronunciado no ano de 2007, quando este recurso estava ainda em vigor em nossa lei processual. Alegou o defensor que a norma tinha caráter híbrido ou que seria norma mista, com carga penal, não podendo ser aplicada a *novatio legis da* reforma penal do ano de 2008 e, ainda, que não poderia ser ofendido o princípio ou garantia do duplo grau de jurisdição que rege a matéria de recursos. **O advogado de Pedro estaria com razão?**

JUSTIFIQUE A REPOSTA, POSITIVA OU NEGATIVAMENTE CONSIDERANDO CADA ARGUMENTO DO CAUSÍDICO.

06ª questão: Direito Eleitoral (Valor - 5 pontos)

Candidato ao cargo de Vereador utiliza-se de sua condição de Secretário Municipal de Saúde para forçar os servidores daquela secretaria a colaborarem em sua campanha eleitoral, vindo a ser eleito. Existe prazo decadencial legalmente previsto para propositura de ação de impugnação ao registro, nesta hipótese? Que outros meios teria o Promotor de Justiça para coibir a perpetuação desta ilegalidade?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

07ª questão: Direito Civil: (Valor - 5 pontos)

Fábio Biscoito é proprietário de uma fazenda na zona rural do Município de Silva Jardim, adquirida no mês de abril de 1995. O antigo proprietário ocupou a faixa ciliar do Rio X para fins de pastagem, atividade econômica mantida por Fábio Biscoito.

No mês de maio de 2009, a fiscalização do Município constatou o dano ambiental, causado antes da aquisição do imóvel por Fábio Biscoito, e encaminhou os documentos para a Promotoria de Tutela Coletiva com a devida atribuição.

Instado a se manifestar no bojo do procedimento investigatório, Fábio Biscoito afirma que não foi o causador do dano, bem como suscita a ocorrência do fenômeno da prescrição.

Os autos são encaminhados ao Promotor de Justiça. Posicione-se indicando as medidas cabíveis e seus fundamentos jurídicos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

08ª questão: Direito Civil (Valor - 5 pontos)

Em que consiste a violação positiva do contrato?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

09ª questão: Direito Civil: (Valor - 5 pontos)

O Ministério Público ajuizou, em 10 de março de 2009, representação para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente, em face da pessoa jurídica Dance Clube Danceteria Ltda. e em face do empresário Joaquim Paixão. Este havia locado o espaço para uma festa a fantasia aberta ao público e, em fiscalização durante a madrugada, foi constatada no local a presença de 05 adolescentes, com idade inferior a 16 anos, desacompanhados de qualquer dos representantes legais, violando portaria do Juízo.

Os adolescentes confirmaram em Juízo estar no local quando foram abordados pelo Comissário da Infância e Juventude e pelos membros do Conselho Tutelar, afirmando ainda que não lhes foram exigidos documentos de identidade na oportunidade do ingresso na danceteria, não existindo qualquer espécie de controle nesse sentido pelos funcionários da danceteria, encarregados da fiscalização no local.

O Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Resende decidiu pela ilegitimidade passiva de Dance Clube Danceteria Ltda. por cuidar-se de pessoa jurídica, condenando, com fulcro no artigo 258, da Lei nº 8.069/90, o empresário Joaquim Paixão ao pagamento de multa no valor equivalente a 10 salários mínimos, convertidos em cestas básicas a serem entregues à entidade de atendimento local. Agiu com acerto o Juízo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

10ª questão: Direito Processual Civil (Valor - 5 pontos)

Ajuizou-se ação visando à adoção de uma criança que havia sido abandonada pelos genitores biológicos desde seu nascimento, em um abrigo municipal. O juiz prolatou a sentença e julgou procedente o pedido de adoção. Houve recurso de apelação, ainda não apreciado pelo órgão competente. Entrementes, o Ministério Público ajuizou ação para destituir o poder familiar daqueles genitores e o autor do pedido de adoção pleiteia o ingresso no processo na condição de assistente litisconsorcial. Manifeste-se.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

11ª questão: Direito Processual Civil: (Valor - 5 pontos)

O Juiz, entendendo haver o réu praticado ato de improbidade administrativa, pode aplicar parcialmente as sanções previstas nos incisos do art. 12 da Lei nº. 8.429, de 2 de junho de 1992?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

12ª questão: Direito Empresarial: (Valor - 5 pontos)

No âmbito do Direito Cambiário EXPLIQUE duas exceções pessoais e duas exceções não pessoais oponíveis ao terceiro.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

13ª questão: Direito Empresarial: (Valor - 5 pontos)

A sociedade "X" assina com a sociedade "Y" um contrato mediante o qual cede à sociedade "Y" o seu estabelecimento empresarial. Por ocasião da tradição, as partes levantam um balanço contábil do estabelecimento, indicando os ativos e listando os passivos atinentes ao contrato. Fica estipulado que a sociedade "Y" responsabiliza-se apenas pelos débitos que constarem desse balanço.

O contrato foi averbado no competente órgão de registro e devidamente publicado na imprensa oficial. Dois anos depois da data da tradição do estabelecimento, a sociedade "Y" tem a sua falência decretada. No curso da falência, como deve opinar o Ministério Público quanto à apresentação dos credores abaixo:

- a) Sociedade C, alegando ser credora da sociedade "Y", por sucessão da sociedade "X", uma vez que vendeu à sociedade "X" um veículo, que foi objeto da cessão do estabelecimento e que não foi pago;
- b) INSS, alegando ser credor da sociedade "Y", por sucessão da sociedade "X", quanto a contribuições devidas com relação ao período anterior à cessão do estabelecimento, mas relativas a empregados que continuaram a trabalhar para a sociedade "Y" após a cessão.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Constitucional: (Valor - 5 pontos)

Um estado da federação, tradicional produtor e exportador agrícola, editou uma lei proibindo o plantio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

seu território, visando proteger o meio ambiente e defender a saúde da sua população. Tal lei estadual é constitucional?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

15ª questão: Direito Constitucional: (Valor - 5 pontos)

Determinada Constituição Estadual, em seu texto original, estabelece que Prefeitos Municipais não possam ausentar-se do Município, por período superior a 10 dias, sem prévia autorização da Câmara Municipal. A despeito disso, Lei Orgânica Municipal posterior estabelece outro prazo, 15 dias, mantendo a mesma limitação territorial. Então, agente público legitimado ingressou com representação por inconstitucionalidade da norma municipal perante o Tribunal de Justiça. Autos encaminhados ao Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça manifestou-se contrariamente ao pleito, em razão da inconstitucionalidade da norma estadual. Pergunta-se: 1. É correto o entendimento do Procurador-Geral quanto à incompatibilidade da Constituição Estadual com a Carta Federal? 2. Como é possível, sob o ponto de vista processual-constitucional, a improcedência da citada representação?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

16ª questão: Direito Administrativo: (Valor - 5 pontos)

Quais os elementos jurídicos e fáticos que impedem a Administração Pública de exercer o princípio da revogabilidade dos atos administrativos ?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

17ª questão: Direito Administrativo: (Valor - 5 pontos)

É juridicamente possível que o possuidor de terreno público tenha direito adquirido à outorga de concessão de uso especial para fins de moradia ? É cabível esse tipo de concessão no que concerne a imóveis funcionais no âmbito da administração federal ?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 16.08.2009

18ª questão: Princípios Institucionais do MP (Valor - 5 pontos)

Os membros do Ministério Público podem ser convocados perante comissões parlamentares de inquérito, na condição de investigados em razão de fatos relativos ao seu exercício funcional?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

19ª questão: Princípios Institucionais do MP (Valor - 5 pontos)

Procurador de Justiça inativo desde 1º de setembro de 2006, dos quadros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, inicia atividade advocatícia perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Em recursos especial e extraordinário por ele interpostos contra acórdão do Tribunal de Justiça fluminense, a Assessoria de Recursos Constitucionais da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial do MPRJ manifesta-se pelo não conhecimento de ambos pela falta de capacidade postulatória e encaminha cópia dos autos à Corregedoria-Geral do MPRJ, para as medidas que entender pertinentes. Recebendo as peças, o Corregedor-Geral instaura processo disciplinar e decide pela aplicação da pena de censura ao mencionado procurador. As providências adotadas estão em conformidade com os dispositivos aplicáveis, quanto à atribuição e ao mérito? Cite-os

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

20ª questão: Direito Tributário (Valor - 5 pontos)

De acordo com a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, quando o contribuinte realiza o depósito judicial com vistas à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, está obrigado o Fisco a lançar o tributo para prevenir a decadência do direito?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

BOA SORTE!